



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

EXPEDIENTE – CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS ATÉ 24/3/2026

- ✓ OFÍCIO STF Nº 4000/2026, QUE ENCAMINHA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS. TRATA-SE DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL. CRITÉRIOS DE RATEIO. LEI COMPLEMENTAR N. 143/2013. INCONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL SEM PRONÚNCIA DE NULIDADE. MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS LEGAIS INCONSTITUCIONAIS ATÉ 31.12.2025 OU SUPERVENIÊNCIA DE NOVA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA. AUSÊNCIA DE NOVA LEGISLAÇÃO. DEFERIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR PELA PRESIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS INCONSTITUCIONAIS ATÉ 1º.3.2026. PROXIMIDADE DO EXAURIMENTO DO PRAZO. DEFERIMENTO, EM PARTE, DE MEDIDA CAUTELAR. SUBMISSÃO IMEDIATA A REFERENDO DO PLENÁRIO.
- ✓ OFÍCIO STF Nº 27571/2025, QUE ENCAMINHA DECISÃO PROFERIDA NOS AUTOS. TRATA-SE DE AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE AJUIZADA PELO GOVERNADOR DO ESTADO DE ALAGOAS EM FACE DOS DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 62/1989, NA REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 143/2013, QUE DISCIPLINAM OS CRITÉRIOS DE REPARTIÇÃO DOS RECURSOS PROVISIONADOS NO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL – FPE.

- ✓ OFÍCIO TCU Nº 34469/2025, QUE ENCAMINHA ACÓRDÃO 1839/2025-TCU-PLENÁRIO, DE RELATORIA DO MINISTRO WALTON ALENCAR RODRIGUES, PROLATADO NA SESSÃO DE 13/8/2025, POR MEIO DO QUAL O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO APRECIOU O PROCESSO TC 008.637/2023-7, QUE TRATA DE REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU ACERCA DA COMPATIBILIDADE DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE FICTA, NO ÂMBITO DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DOS MILITARES, COM O ORDENAMENTO JURÍDICO ATUAL.
- ✓ AVISO Nº 841 – TCU, QUE ENCAMINHA CÓPIA DO ACÓRDÃO Nº 1845/2025 PROFERIDO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE DE CONTAS, NA SESSÃO DE 13/8/2025, AO APRECIAR O PROCESSO TC-007.636/2024-5, DA RELATORIA DO MINISTRO AROLDO CEDRAZ. O MENCIONADO PROCESSO TRATA DE ACOMPANHAMENTO RELATIVO AOS ACÓRDÃOS 1.408/2023 E 1.409/2023, AMBOS DO PLENÁRIO, VERSANDO SOBRE A APROVAÇÃO DA REFORMA TRIBUTÁRIA, DE SORTE A AVALIAR O IMPACTO DO NOVO ROL NORMATIVO QUANTO AO CONTEÚDO DOS ITENS DAS REFERIDAS DELIBERAÇÕES.
- ✓ OFÍCIO STF Nº 23879/2025, QUE COMUNICA DECISÃO DO STF ACERCA DO JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO N. 55/DF, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2025. O TRIBUNAL, POR MAIORIA, JULGOU PROCEDENTE A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO, DECLARANDO ESTAR O CONGRESSO NACIONAL OMISSO NA ELABORAÇÃO DA LEI PREVISTA NO ART. 153, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, QUE ESTABELECE QUE COMPETE À UNIÃO INSTITUIR IMPOSTOS SOBRE GRANDES FORTUNAS NOS TERMOS DE LEI COMPLEMENTAR, VENCIDOS O MINISTRO LUIZ FUX, QUE JULGAVA IMPROCEDENTE A AÇÃO, E PARCIALMENTE O MINISTRO FLÁVIO DINO, SOMENTE EM RELAÇÃO À FIXAÇÃO DE

PRAZO. NÃO VOTOU O MINISTRO ANDRÉ MENDONÇA, SUCESSOR DO MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR). REDIGIRÁ O ACÓRDÃO O MINISTRO CRISTIANO ZANIN (ART. 38, IV, B, DO RI/STF). AUSENTES, JUSTIFICADAMENTE, OS MINISTROS EDSON FACHIN (PRESIDENTE) E GILMAR MENDES. PRESIDIU O JULGAMENTO O MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES (VICE-PRESIDENTE).

- ✓ OFÍCIO Nº 645/2025, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AOS DEPUTADOS FEDERAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO QUE VOTAR CONTRA A MEDIDA PROVISÓRIA DA TAXAÇÃO DAS BETS, BILIONÁRIOS E GRANDES BANCOS, CONFORME ESPECIFICA.
- ✓ OFÍCIO CIRCULAR Nº 5/2025 - ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL HEITOR SCHUCH.
- ✓ OFÍCIO S/Nº QUE ENCAMINHA PROPOSITURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARARAQUARA.
- ✓ OFÍCIO S/Nº DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IVOTI/RS - ENCAMINHA MOÇÃO Nº 67/2025 AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2025, QUE ELEVA O LIMITE DE RECEITA BRUTA ANUAL PARA ENQUADRAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E ESTABELECE MECANISMO DE REAJUSTE AUTOMÁTICO.
- ✓ OF.SG.223/2025 DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SÃO PAULO – ACSP, QUE EXTERNA SEU APOIO AO CONCEITUADO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL – INPI – QUE, ORIENTADO PELO TCU, FORMALIZARA CONSULTA, POR MEIO DE REQUERIMENTO, DE AUTORIA DO DEPUTADO DANIEL AGROBOM, APROVADO PELA COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS COM RELAÇÃO AO USO DE RECURSO QUE RECEBE VIA PREÇO PÚBLICO, LASTREADO EM ACÓRDÃO DA ANATEL.

- ✓ OF.724/2025 FENAJUFE QUE EXTERNA SEU APOIO E CELERIDADE NA TRAMITAÇÃO DOS PROJETOS DE LEI: PL 3084/2025 E PL 4750/202
- ✓ OF 25/2025 DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE TRANSPORTE AÉREO (LATA), QUE TRATA DA GRATUIDADE DA BAGAGEM DE MÃO DE ATÉ 10 KG.
- ✓ OFÍCIO Nº 303/2025, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAQUAQUECETUBA – SP, QUE ENCAMINHA REQUERIMENTOS Nº 447 E 448/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR DAVID RIBEIRO DA SILVA, EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 02 DE DEZEMBRO DE 2025.
- ✓ OFÍCIO Nº 59/2025, MANIFESTAÇÃO DE APOIO DO FÓRUM NACIONAL DE GOVERNADORES. COMSEFAZ. REFORMA TRIBUTÁRIA. IMPOSTO SOBRE BENS E SERVIÇOS (IBS). PLP Nº 108/2024. PONTOS PRIORITÁRIOS. EMENDA Nº 132/2023.
- ✓ OFÍCIO Nº 356/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANDRÉ – SP ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO À PRISÃO SUPOSTAMENTE ILEGAL DO EX-PRESIDENTE DA REPÚBLICA JAIR MESSIAS BOLSONARO, EM AFRONTA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL ÀS GARANTIAS FUNDAMENTAIS E AO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.
- ✓ OFÍCIO Nº 99/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITÁ – SC QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO QUE SOLICITA A INSTITUIÇÃO DE PROGRAMA DE SUBSÍDIO OU AUXÍLIO FINANCEIRO AOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS RURAIS PARA CUSTEIO DO GEORREFERENCIAMENTO DE IMÓVEIS RURAIS.
- ✓ CARTA Nº 942/2025 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI ENCAMINHAMENTO DE CONSULTA AO TCU (CICS) - FORTALECIMENTO DO INPI E AUTONOMIA FINANCEIRA.
- ✓ CARTA Nº 1/2025 DA FRENTE PARLAMENTAR MISTA DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA (FRENLOGI) VEM MANIFESTAR SEU INTEGRAL APOIO AO PROJETO DE LEI Nº 3278, DE 2021, DE AUTORIA DO

SENADOR ANTONIO ANASTASIA, QUE INSTITUI O MARCO LEGAL DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO, INSTRUMENTO ESSENCIAL PARA A ORGANIZAÇÃO, SUSTENTABILIDADE E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO NO PAÍS, E SOLICITAR O ACOLHIMENTO DO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5788, DE 2025.

- ✓ OFÍCIO S/Nº DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE ITAGUAÍ – ITAPREVI QUE ENCAMINHA REPRESENTAÇÃO, SOLICITANDO ABERTURA DE IMEDIATA, SIMULTÂNEA E AUTÔNOMA, NO ÂMBITO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS DE COMISSÃO INDEPENDENTE VINCULADA A UMA DAS COMISSÕES PERMANENTES DAS CASAS SOBRE A ATUAÇÃO DO BANCO CENTRAL NO CASO BANCO MASTER.
- ✓ OFÍCIO Nº 65/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE ARROIO GRANDE/RS QUE ENCAMINHA MOÇÃO, PROPOSTA PELOS VEREADORES DA BANCADA DO PARTIDO PROGRESSISTA, DE. REPÚDIO AO DECRETO FEDERAL Nº 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025, APROVADA PELO PLENÁRIO DESTA CASA LEGISLATIVA EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS VINTE E NOVE DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO.
- ✓ OFÍCIO Nº 561/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MATIAS BARBOSA/MG QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO DESTA CASA LEGISLATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 4.146/2020, QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TRABALHADOR ESSENCIAL DE LIMPEZA URBANA.
- ✓ OFÍCIO Nº 667-2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL - MANIFESTAÇÃO APOIO AO PL 3178-2024, APOIO AO PROJETO DE LEI FEDERAL 3.178/2024, QUE ATUALIZA A LEI Nº 1.411, DE 13 DE AGOSTO DE 1951, DISPONDO SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA NO BRASIL.

- ✓ OFÍCIO Nº 667-2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE À PEC Nº 27/2023, RECONHECENDO QUE NÃO SE TRATA DE MERA ALTERAÇÃO CONSTITUCIONAL, MAS DE UMA REPARAÇÃO NECESSÁRIA DIANTE DE UM DESEQUILÍBRIO HISTÓRICO QUE PENALIZA PROFUNDAMENTE OS MUNICÍPIOS E, EM ESPECIAL, O RIO GRANDE DO SUL.
- ✓ OFÍCIO 36600/2025-BCB, DA ASSESSORIA PARA ASSUNTOS PARLAMENTARES E FEDERATIVOS - ASPAR, DO BANCO CENTRAL DO BRASIL, QUE ENCAMINHA INFORMAÇÕES ACERCA DO BANCO DIGITAL “CLAVA FORTE” E CDC SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A.
- ✓ OFÍCIO Nº 156/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO PELA AUTORIZAÇÃO DA ANVISA PARA CULTIVO DE CANNABIS COM OBJETIVO DE PESQUISA PELA EMBRAPA PARA SUBMISSÃO AO PLENÁRIO E ENCAMINHAMENTO, SE APROVADA, PARA O SR. LEANDRO PINHEIRO SAFATIE, DIRETOR-PRESIDENTE DA AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA; PARA O SR. ALEXANDRE PADILHA, MINISTRO DA SAÚDE; A SRA. SILVIA MASSRUHA, PRESIDENTE DA EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA - EMBRAPA; AO SR. THIAGO LOPES CARDOSO, DIRETOR DA EMBRAPA E RELATOR DO PROCESSO NA ANVISA; AO DEP. FEDERAL. HUGO MOTTA, PRESIDENTE DA CAMARA DOS DEPUTADOS E AO SR. DAVI ALCOLUMBRE, PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL DO BRASIL.
- ✓ CARTA S/Nº DO SR. ALEXANDRE VICTOR BORGES SCAVARDONI, QUE ENCAMINHAMENTO DE NOTA TÉCNICA SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO REGULADA DE TÍTULOS AMBIENTAIS E DO PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) COMO POLÍTICA DE ESTADO.

- ✓ OFÍCIO Nº 200/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTIAGO - RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO, APROVADA NA SESSAO ORDINÁRIA DO DIA 3 DE NOVEMBRO, REPUDIANDO O TEOR DO DECRETO FEDERAL Nº 12.686/2025, QUE REPRESENTA UM SÉRIO RETROCESSO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS A EDUCAÇÃO ESPECIAL E AMEAÇA DIRETA AO TRABALHO RECONHECIDO E CONSOLIDADO DAS APAES E DEMAIS INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS EM TODO O BRASIL.
- ✓ OFÍCIO Nº 1461/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ODESSA - SP, QUE ENCAMINHA MOCAO Nº 233/2025, DE AUTORIA DO VEREADOR ELVIS PELE, APROVADA POR ESTA CAMARA MUNICIPAL NA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 29 DE OUTUBRO DE 2025, APOIO AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 847/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL MARCIO ALVINO (PL/SP), QUE VISA SUSTAR OS EFEITOS DO DECRETO N. 12.686, DE 20 DE OUTUBRO DE 2025, QUE INSTITUI A NOVA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA, REVOGANDO O DECRETO N. 7.611, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.
- ✓ OFÍCIO Nº 281/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES - RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO Nº 141/2025 DE APOIO DIRIGIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, APRESENTADA PELO VEREADOR ELÍGIO WESCHENFELDER E SUBSCRITA PELOS DEMAIS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES, EM REPRESENTAÇÃO À COMUNIDADE VENÂNCIO AIRES E, MANIFESTANDO APOIO À MOCAO DE APOIO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 67/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL HEITOR SCHUCH, QUE ELEVA O LIMITE DE RECEITA BRUTA ANUAL PARA ENQUADRAMENTO DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL MEI E ESTABELECE MECANISMO DE REAJUSTE AUTOMÁTICO.
- ✓ AVISO TCU Nº 112/2026, QUE ENCAMINHA CÓPIA DO ACÓRDÃO Nº 297/2026 (ACOMPANHADO DOS RESPECTIVOS RELATÓRIO E VOTO)

PROFERIDO PELO PLENÁRIO DESTA CORTE DE CONTAS, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 11/2/2026, AO APRECIAR O TC-008.415/2023-4, DA RELATORIA DO MINISTRO AUGUSTO NARDES. O MENCIONADO PROCESSO TRATA DE AUDITORIA OPERACIONAL COM O OBJETIVO DE AVALIAR O SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA NO PAÍS, DE MODO A SUBSIDIAR OS TRABALHOS DO CONGRESSO NACIONAL NAS REFORMAS DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.

- ✓ OFÍCIO Nº 82/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL DE BERTIOGA - SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AO PL Nº 5.942/2025 E AO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, E REQUEREMOS QUE Á CÂMARA DOS DEPUTADOS REJEITE O REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, ASSEGURANDO TRAMITAÇÃO REGULAR, COM ANÁLISE NAS COMISSÕES TEMÁTICAS, BEM COMO QUE À CÂMARA DOS DEPUTADOS E AO SENADO FEDERAL REJEITEM O PL Nº 5.942/2025, PRESERVANDO A SUSTENTABILIDADE DO SESC E DO SENAC E EVITANDO PREJUÍZOS SOCIAIS E ECONÔMICOS AO MUNICÍPIO E À REGIÃO.
- ✓ OFÍCIO Nº 5/2026 DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, QUE SAÚDA PELA ASSUNÇÃO À PRESIDÊNCIA DAS RESPECTIVAS COMISSÕES TEMÁTICAS, BEM COMO PARA REGISTRAR VOTOS DE PLENO ÊXITO NO EXERCÍCIO DO MANDATO AO LONGO DO ANO LEGISLATIVO DE 2026. A ANAC, RECONHECENDO A RELEVÂNCIA CONSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO, EM ESPECIAL NO ÂMBITO DAS COMISSÕES TEMÁTICAS, INSTÂNCIAS CENTRAIS PARA O DEBATE QUALIFICADO, O APERFEIÇOAMENTO NORMATIVO E A FISCALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, MANIFESTA ELEVADA CONSIDERAÇÃO PELO PAPEL INSTITUCIONAL DESEMPENHADO POR ESSAS COMISSÕES NA CONDUÇÃO DE MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL.

- ✓ OFÍCIO Nº 28/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CACEQUI - RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO PL Nº 5.686/2025, QUE DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PRODUTOR RURAL COM VISTAS A ASSEGURAR A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRODUTIVA E A CONTINUIDADE DA ATIVIDADE RURAL, ESTABELECE PRIORIDADE DE GARANTIAS AGRÍCOLAS, ALTERA A LEI Nº 13.476, DE 28 DE AGOSTO DE 2017 (MARCO LEGAL DAS GARANTIAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; E AO PL Nº 5.681/2025, QUE DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INCLUSÃO DE CLÁUSULA DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM PRÉVIA EM CONTRATOS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E DEMAIS OPERAÇÕES FINANCEIRAS, ASSEGURANDO A TENTATIVA DE COMPOSIÇÃO CONSENSUAL ANTES DA ADOÇÃO DE MEDIDAS DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL.
- ✓ OFÍCIO Nº 22161/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AO FIM DA ESCALA 6x1.
- ✓ OFÍCIO S/Nº DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DAS MISSÕES - RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO AOS PLS 5.686/2025 e 5.681/2025.
- ✓ OFÍCIO S/Nº DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRUNÓPOLIS - SC, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO À PROTEÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO ALHO NACIONAL.
- ✓ OFÍCIO S/Nº DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPEVA - SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO À CAMARA DOS DEPUTADOS, PARA QUE DÊ PRIORIDADE, CELERIDADE E APOIO A APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 1636/2025, CONTANDO COM O APOIO MANIFESTO DESTA CASA LEGISLATIVA E DOS VEREADORES DE ITUPEVA, QUE SE DECLARAM FAVORÁVEIS À MEDIDA E RECONHECEM SUA RELEVÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA.

- ✓ OFÍCIO Nº 2074/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRACICABA - SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AO PROJETO DE LEI Nº. 5.942/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL ALIEL MACHADO (PV/PR), QUE PROPÕE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO TURISMO (SENATUR) E DO COMITÊ INTERSETORIAL DE INVESTIMENTO NO TURISMO, BEM COMO AO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO ISNALDO BULHÕES JR., QUE OBJETIVA ACELERAR SUA TRAMITAÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, SUPRIMINDO O DEBATE APROFUNDADO NAS COMISSÕES TEMÁTICAS.
- ✓ OFÍCIO Nº 683/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PATOS - PB, QUE SOLICITA AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO MUNCK PARA O SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PATOS/PB, POR MEIO DA CODEVASF.
- ✓ OFÍCIO S/Nº DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE - RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APOIO À CÂMARA FEDERAL, EM FAVOR DA TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 4687/2025, QUE PREVÊ A ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA PARA PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.
- ✓ OFÍCIO Nº 2/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS - SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO AO CONGRESSO NACIONAL PELA URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 6601/2025, QUE REGULAMENTA A PROFISSÃO DE TRABALHADOR EM REFEIÇÕES COLETIVAS.
- ✓ OFÍCIO Nº 79/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA - SP, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE REPÚDIO AO CONGRESSO NACIONAL, ESPECIFICAMENTE À CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM FACE DA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 5.942/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO FEDERAL ALIEL MACHADO (PV/PR), E AO

REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 5.139/2025, DE AUTORIA DO DEPUTADO ISNALDO BULHÕES JR. (MDB-AL).

- ✓ CARTA Nº 257/2026 DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI), VEM, RESPEITOSAMENTE, EXPOR PREOCUPAÇÃO INSTITUCIONAL QUANTO AO TRATAMENTO NORMATIVO CONFERIDO PELA PORTARIA MF Nº 1.430, DE 4 DE JULHO DE 2025, QUE REGULAMENTA A LEI Nº 14.973, DE 16 DE SETEMBRO DE 2024, QUE SUBSTITUI A TAXA SELIC PELO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO (IPCA) NA ATUALIZAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS FEDERAIS EM PROCESSOS QUE ENVOLVAM A UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E EMPRESAS JUDICIAIS.
- ✓ OFÍCIO Nº 2/2026 DA CÂMARA MUNICIPAL DE VENÂNCIO AIRES/RS, QUE ENCAMINHA MOÇÃO DE APELO ENDEREÇADA AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SR. EXMO. LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, AO MINISTRO DO TRABALHO SR. EXMO. LUIZ MARINHO, A CAMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS, NA PESSOA DO PRESIDENTE DA CAMARA, O DEPUTADO SENHOR HUGO MOTTA (REPUBLICANOS-PB), E AO SENADO FEDERAL, PESSOA DO PRESIDENTE SENHOR DAVI ALCOLUMBRE (UNIAO BRASIL-AP) PELA CRIAÇÃO DO PROGRAMA "BOLSA TRABALHADOR", EM BENEFÍCIO A TRABALHADORES E TRABALHADORAS COM VÍNCULO FORMAL DE EMPREGO (CARTEIRA ASSINADA), QUE NECESSITAM DE SUPORTE ADICIONAL PARA ENFRENTAR AS DIFICULDADES ECONÔMICAS ATUAIS E GARANTIR CONDIÇÕES DIGNAS DE VIDA.

OS DOCUMENTOS ENCONTRAM-SE NA SECRETARIA DA COMISSÃO,
À DISPOSIÇÃO DOS PARLAMENTARES INTERESSADOS, QUE
PODERÃO SOLICITAR CÓPIA.